



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/09/2016 - Convergência Digital

Cade quer condenar cartel de empresas de recarga de celular

Após uma investigação de cinco anos, a superintendência-geral do Cade - órgão de defesa da concorrência - pede que o colegiado condene três empresas - Check Express S/A, Rede Digital Comércio e Serviços Ltda. (atual Rede Transações Eletrônicas Ltda.) e Rede Ponto Certo Tecnologia e Serviços Ltda- e nove pessoas físicas (os dirigentes dessas empresas) por combinação de descontos aos pontos de venda; e definição de políticas de não agressão, entre outros. Duas empresas, também integrantes do esquema, fizeram acordo de leniência. Nas investigações, o Cade apurou que as operadoras de celular - TIM, Claro, Vivo, Oi, Nextel, Algar Telecom ou Sercomtel - não tiveram qualquer participação no esquema.

A superintendência-geral do Cade – órgão de defesa da concorrência – está propondo ao colegiado, que vai julgar o caso, que condene três empresas e nove pessoas físicas por formação de cartel no mercado de distribuição de recarga eletrônica para telefones celulares pré-pagos. As empresas envolvidas no esquema inicialmente seriam cinco, mas duas fizeram acordo e assinaram TCC (Termo de Cessação de Conduta), fornecendo documentação que ajudou na confirmação da denúncia.

A investigação durou 5 anos, iniciada em 2010, e refere-se aos anos de 2007 a 2009, quando essas empresas movimentaram pelo menos R\$ 3,5 bilhões. Nas investigações, o Cade apurou que as operadoras de celular – TIM, Claro, Vivo, Oi, Nextel, Algar Telecom e Sercomtel – não tiveram qualquer participação com as irregularidades promovidas pelas empresas distribuidoras das recargas.

As empresas listadas para a condenação são as Check Express S/A, Rede Digital Comércio e Serviços Ltda. (atual Rede Transações Eletrônicas Ltda.) e Rede Ponto Certo Tecnologia e Serviços Ltda, além de nove pessoas físicas, seus diretores. As empresas RV Tecnologia e Sistemas S/A, Getnet S/A firmaram TCCs (Termos de Cessação de Conduta) e passaram a contribuir com as investigações.

Conforme a superintendência, foram encontrados fortes indícios das seguintes práticas de cartel:

(i) estipulação de descontos e comissões máximas aos PDVs (pontos de vendas) para que todas as distribuidoras envolvidas maximizassem suas margens; (ii) delimitar área de atuação para que não houvesse dois distribuidores fornecendo recarga a um mesmo PDV; (iii) elaboração e compartilhamento das chamadas “black lists”, nas quais todos incluíam quais seriam os PDVs inadimplentes e (iv) trocar informações gerais sobre o

mercado.

Cartel com ata

O cartel era tão organizado, que chegou a ter ata das reuniões. Diz o relatório do Cade: “ E em uma das atas, as empresas combinaram entre si que fora definido qual seria a margem de desconto aplicada de maneira uniforme aos PDVs. Para tanto, os distribuidores se dividiram em dois grupos: (i) PDVs isolados ou de pequeno a médio porte, a remuneração seria de até 50% do valor pago pelas Operadoras e (ii) para as grandes redes, a remuneração máxima seria o teto estipulado pelas Operadoras.”

Para entender esse mercado, explica o relatório do Cade, a remuneração dos distribuidores dá-se na forma de descontos oferecidos pela operadora na compra de crédito para recarga. Da mesma forma, a remuneração dos PDVs dá-se por descontos oferecidos pelos distribuidores. O preço pago pelo consumidor final, usuário do serviço, é sempre igual àquele definido pela operadora, independente dos descontos oferecidos ao longo da cadeia. Portanto, a margem do distribuidor é o valor do desconto oferecido pela operadora menos o desconto que o próprio distribuidor oferece ao ponto de venda. Nesse contexto, combinar descontos equivaleria a combinar os preços praticados junto aos demais PDVs.

Em 2007, as cinco empresas detinham 85% do mercado nacional de recarga para celular (eletrônica e física).

Se as empresas forem condenadas por formação de cartel, como quer a superintendência, deverão pagar multa que pode alcançar até 20% do seu faturamento bruto no ano anterior ao de instauração do processo. As pessoas físicas envolvidas estão sujeitas ao pagamento de multa de 1% a 20% daquela aplicada à empresa a qual correspondem.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/09/2016 - TELESÍNTESE

Telecom Italia faz emissão de € 1bi

Segundo comunicado da empresa, seus investidores institucionais receberam bem o lançamento dos títulos, com vencimento em 2025 e taxa de 3,025%, bem abaixo do custo médio da dívida do grupo.



A Telecom Italia comunicou hoje (23) ao mercado a emissão de títulos no valor de 1 bilhão, com vencimento em 2025, para refinarar futuros vencimentos da dívida. Os títulos estarão listados na Bolsa de Luxemburgo e não poderão ser comercializados nos Estados Unidos.

Segundo o comunicado, o lançamento foi bem recebido entre os investidores institucionais da operadora, permitindo que o rendimento a ser pago seja inferior à previsão inicial. O rendimento do título, de 3,025%, é muito inferior à média do custo da dívida do Grupo (5,1% no final de junho deste ano).

23/09/2016 - TELESÍNTESE

Pharol, acionista da Oi, leva multa de US\$ 1,2 mi nos EUA

A multa foi aplicada devido ao rombo de quase 1 bilhão de euros da Portugal Telecom na compra de títulos do controlador, sem informar aos acionistas.

A Pharol (antiga Portugal Telecom), foi multada em US\$ 1,25 milhão pela Securities and Exchange Commission (SEC, agência reguladora do mercado de capitais nos Estados Unidos). A multa foi aplicada devido a erro na comunicação do risco de crédito de investimento em papéis da Rio Forte, empresa do Grupo Espírito Santo (GES).

A Portugal Telecom havia comprado títulos padres dessa subsidiária do GES, controlador da operadora portuguesa, no valor de 897 milhões e esse rombo só foi descoberto depois que a fusão com a concessionária brasileira Oi tinha sido concretizada, e o aumento de capital realizado para o ingresso do sócio português.

Com a descoberta desse calote, foi feito um novo

acordo de acionistas entre as empresas brasileira e portuguesa. No final, a Oi acabou vendendo as operações portuguesas, mas o sócio Pharol (formado pelo grupo Espírito Santo e outros dois grupos menores) continuaram sendo os maiores acionistas da concessionária brasileira, que pediu recuperação judicial, com uma dívida de mais de R\$ 50 bilhões.

A SEC informou que, após investigação, detectou diversas falhas nas demonstrações financeiras da companhia portuguesa referentes a 2013. "Como resultado dessas falhas, os investidores da PT foram impedidos de ter um retrato completo dos riscos resultantes dos investimentos da companhia em instrumentos de dívida do GES", diz o órgão norte-americano.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

22/09/2016 15:59 - Carta Maior

Leonardo Boff: Dez possíveis lições após o impeachment

A primeira lição é resistir, aprender dos erros e derrotas e dar a volta por cima. Isso implica severa autocrítica, nunca feita com rigor pelo PT.

Seguramente é cedo ainda para tirar lições do questionável impeachment que inaugurou um nova tipologia de golpe de classe via parlamento. Estas primeiras lições poderão servir ao PT e aliados e aos que amam a democracia e respeitam a soberania popular, expressa por eleições livres. Os que detêm o ter, o poder e o saber que se ocultam atrás dos golpistas se caracterizam por não mostrar apreço à democracia e por se lixar pela situação de gritante desigualdade do povo brasileiro.

A primeira lição é alimentar resiliência, vale dizer, resistir, aprender dos erros e derrotas e dar a volta por cima. Isso implica severa autocrítica, nunca feita com rigor pelo PT. Precisa-se ter claro sobre que projeto de país se quer implementar.

Segunda lição: reafirmar a democracia, aquela que ganha as ruas e praças, contrariamente da democracia de baixa intensidade, cujos representantes, com exceções, são comprados pelos poderosos para defender seus interesses.

Terceira lição: convencer-se de que um presidencialismo de coalizão é um logro, pois desfigura o projeto e induz à corrupção. A alternativa é uma coalização dos governantes com a rede dos movimentos sociais e a partir deles pressionar os parlamentares.

Quarta lição: convencer-se de que o capitalismo neoliberal, na atual fase de altíssima concentração de riqueza, está dilacerando as sociedades centrais e destruindo as nossas. O neoliberalismo atenuado, praticado nos últimos 13 anos pelo PT e aliados permitiu o aumento dos salários, facilidade de crédito, ascensão social e desonerações fiscais, mostrou-se insustentável. Grande erro do PT: nunca ter explicado que aquelas ações sociais eram fruto de uma política de Estado. Por isso criou antes consumidores que cidadãos conscientes. Permitiu adquirirem bens pessoais mas melhorou pouco o capital social: educação, saúde, transporte e segurança. Bem disse frei Betto: gerou-se "um paternalismo populista que teve início quando se trocou o Fome Zero, um programa emancipatório, pelo Bolsa Família compensatório; passou-se a dar o peixe sem ensinar a pescar". No novo governo pós golpe, a política econômica neoliberal radicalizada de ajustes severos, recessiva e lesiva aos direitos sociais seguramente vai devolver à fome os que dela foram tirados.

Quinta lição: colocar-se corajosamente ao lado das vítimas da voracidade neoliberal, denunciando sua perversidade, desmontando sua lógica excludente, indo para as ruas, apoiando demonstrações e greves dos movimentos sociais e de outros segmentos.

Sexta lição: suspeitar de tudo o que vem de cima, geralmente fruto de políticas de conciliação de classes, feitas de costas e à custa do povo. Estas políticas vem sob o signo do mais do mesmo. Preferem manter o povo na ignorância para facilitar a dominação e a acumulação e debilitam qualquer espírito crítico.

Oitava lição: é urgente a projeção de uma utopia de um outro Brasil, sobre outras bases, a principal delas, a originalidade e a força de nossa cultura, dando centralidade à vida da natureza, à vida humana e à vida da Mãe Terra, base de uma biocivilização. O desenvolvimento/crescimento é necessário para atender, não os desejos, mas as necessidades humanas; deve estar a serviço da vida e da salvaguarda de nossa riqueza ecológica. Concomitante a isso urge reformas básicas, da política, da tributação, da burocracia, da reforma do campo e da cidade etc.

Nona lição: para implementar essa utopia faz-se indispensável uma coligação de forças políticas e sociais (movimentos populares, segmentos de partidos, empresários nacionalistas, intelectuais, artistas e igrejas) interessadas em inaugurar o novo viável, que dê corpo à utopia de outro tipo de Brasil.

Décima lição: esse novo viável tem um nome: a radicalização da democracia que é o socialismo de cunho ecológico, portanto, ecosocialismo. Não aquele totalitário da Rússia e o desfigurado da China que, na verdade, negam a natureza do projeto socialista. Mas o ecosocialismo que visa realizar potencialmente o nobre sonho de cada um dar o que pode e de receber o que precisa, inserindo a todos, a natureza incluída.

Esse projeto deve ser implementado já agora. Como expressou a ancestral sabedoria chinesa, repetida por Mao: "se quiser dar mil passos, comece já agora pelo primeiro". Sem o que jamais se fará uma caminhada rumo ao destino certo. A atual crise nos oferece esta especial oportunidade que não deverá ser desperdiçada. Ela é dada poucas vezes na história.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

21/09/2016 - Portal Vermelho

Ceará: Educadores recebem com indignação MP que modifica Ensino Médio

Foi com surpresa e indignação que a comunidade docente recebeu o anúncio da Medida Provisória, assinada na última quinta-feira (22) pelo presidente Michel Temer. A MP propõe a reestruturação do Ensino Médio que, dentre outras questões, possibilitará a escolha de diferentes formações.

O MEC propõe que o aluno tenha metade da carga horária de conteúdo obrigatório enquanto o restante do tempo poderá ser flexibilizado. O MEC propõe que o aluno tenha metade da carga horária de conteúdo obrigatório enquanto o restante do tempo poderá ser flexibilizado. O argumento do Ministério da Educação é que o Ensino Médio tenha, ao longo de três anos, metade da carga horária de conteúdo obrigatório enquanto o restante do tempo poderá ser flexibilizado a partir dos interesses do próprio aluno, que escolherá as trajetórias de linguagens: matemática, ciências da natureza e ciências humanas, modelo usado na divisão das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), além de formação técnica e profissional. “A reforma no Ensino Médio pretende fazer com que seja dado um salto de qualidade na educação brasileira”, defende o presidente.

Mas ao contrário do que prega o Governo Federal, educadores, gestores em educação e até alunos estão preocupados com a reforma que representa a maior mudança na educação nos últimos 20 anos, desde a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB).

Falta de diálogo

Nilson Cardoso, professor do curso de Licenciatura de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), ressalta o caráter impositivo da MP.

“Esta proposta que será encaminhada ao Congresso Nacional pressupõe, no mínimo, falta de diálogo com os setores ligados à educação. Esta reforma certamente irá impactar na formação dos alunos e na vida docente em geral. Para nós, é um ato grave, preocupante e que causa indignação”.

Cardoso, que também é membro do Fórum dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Forpibid) no Nordeste, acrescenta que a proposta de reforma representa uma ameaça à necessária formação de professores. “Como está formulada, a MP abre brechas para contratar professores por ‘notório saber’, o que significa uma afronta à LDB. Esta é a questão que

consideramos mais grave e preocupante, pois, se a pessoa acha que domina um conteúdo, tem afinidade com determinado tema ou disciplina, considera-se capaz de lecionar. Não vemos isso em profissão nenhuma”, condena.

Mas a proposta que ainda deverá ser votada no Congresso Nacional já mobiliza a sociedade acadêmica e docente. “Diante de tantos absurdos, da falta de diálogo e de compreensão com a complexidade que é a educação, já vemos articulações fortes em todo o país. Professores, em seus diversos níveis de envolvimento, já se organizam para fazer resistência à implantação dessa medida. Em consenso, a defesa do diálogo. Não aceitaremos este retrocesso nem o modo como o atual governo impõe essa mudança”, ratifica.

A partir do anúncio da MP, os professores no Ceará já criaram um grupo nas redes sociais para discutir mobilizações e encaminhamentos de forma organizada em todo o Estado. Fruto desta articulação inicial já está confirmada para a próxima terça-feira (27), a partir das 14h, no auditório do Mestrado de História, no Campus do Itaperi, a primeira reunião de planejamento do movimento Professores em Defesa da Educação.

Mais

Atualmente, o ensino médio tem 8 milhões de alunos, número que inclui estudantes das escolas pública e privada. Mas a proposta que ainda deverá ser votada no Congresso Nacional já mobiliza a sociedade acadêmica e docente. “Diante de tantos absurdos, da falta de diálogo e de compreensão com a complexidade que é a educação, já vemos articulações fortes em todo o país. Professores, em seus diversos níveis de envolvimento, já se organizam para fazer resistência à implantação dessa medida. Em consenso, a defesa do diálogo. Não aceitaremos este retrocesso nem o modo como o atual governo impõe essa mudança”, ratifica. Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/287151-1>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/09/2016 - Portal Vermelho

O governo Dilma quebrou mesmo o país?

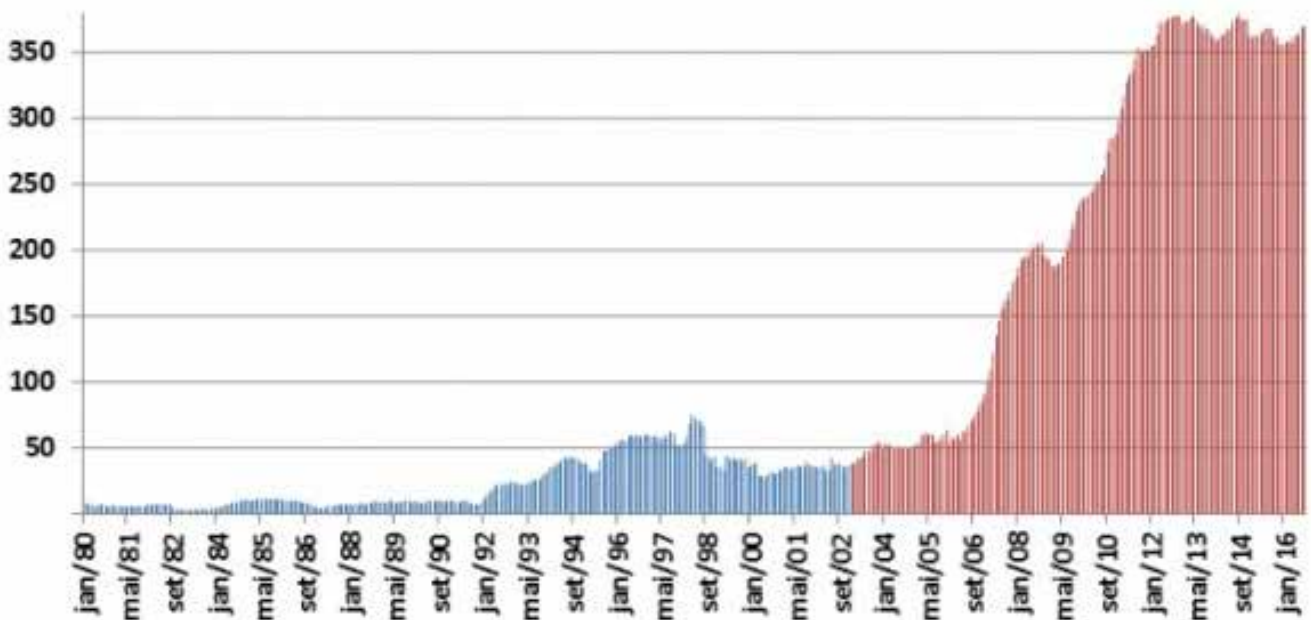
A presidenta Dilma foi retirada do poder acusada de práticas orçamentárias e financeiras que também foram realizadas pelos presidentes anteriores, por governadores e prefeitos em todo o país e pelo próprio governo Temer. Essas práticas nunca haviam sido questionadas pela Justiça ou pelos poderes legislativos e seus tribunais de contas e somente agora, e somente para o governo Dilma, foram consideradas crime.

Diante da fragilidade das acusações, alguns argumentam que não é por elas que a presidenta foi afastada, mas sim pelo "conjunto da obra", que teria quebrado a economia do país. Esse argumento apenas confirma a ilegalidade do afastamento pelo Congresso, que julga crimes, e não essa "obra" que deve, isto sim, ser julgada pela população, nas eleições. Mas estaria ele correto ao afirmar que o governo Dilma quebrou o país?

O Brasil está quebrado?

NÃO. Um país somente está quebrado quando não consegue pagar suas dívidas com credores de outros países, que é o que ocorreu recentemente em alguns casos na Europa. Quando isso se dá, os credores tendem a se organizar e usar instituições como o FMI para exigir que o país adote políticas que garantam o pagamento de seus compromissos sem se importar com os cortes que tenha que fazer no atendimento às necessidades da população. É exatamente isso o que ocorreu no Brasil ao longo dos anos 1980 e durante o governo FHC, em que o país não tinha dólares suficientes para pagar a seus credores e missões do FMI vinham dizer ao governo o que fazer. Hoje o Brasil possui reservas internacionais elevadas e não há nenhuma perspectiva de que venha a enfrentar problemas para quitar suas dívidas. Por isso, dizer que o Brasil quebrou não faz nenhum sentido.

Reservas internacionais (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central



Resumo de Notícias

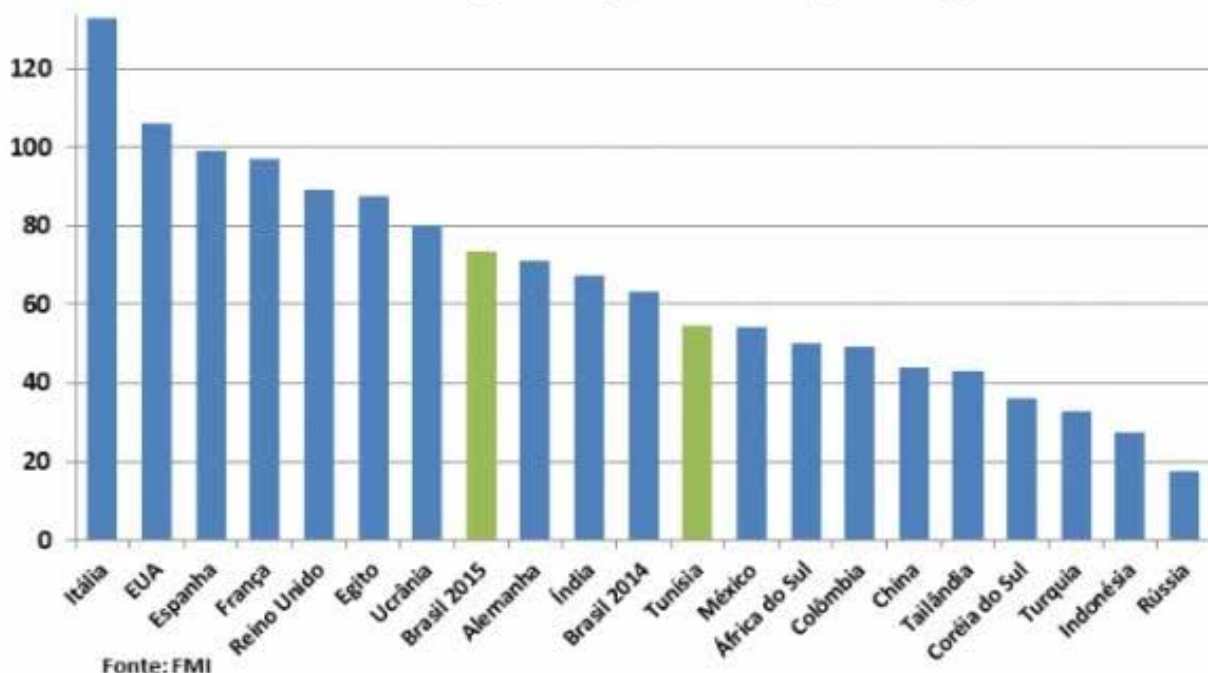
Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Então é o Governo Federal quem está quebrado?

NÃO. Somente faz sentido falar que o governo está quebrado quando ele não consegue pagar suas contas com os recursos que arrecada com tributos ou com a contratação de dívidas. Isso não ocorre no Brasil, que continua a arrecadar tributos e a emitir dívida e mantém total capacidade de pagar suas contas. O que sim ocorre é que para pagar essas contas em um

momento em que a arrecadação caiu, a dívida pública medida em relação ao PIB, após cair quase todos os anos desde 2003 e atingir mínimos históricos no início de 2014, teve que aumentar bastante em 2015. Mas mesmo com o aumento, ela permanece abaixo da registrada em boa parte das grandes economias do mundo. Por isso, o seu principal problema não é o tamanho, mas sim seu custo, entre os mais altos do mundo em razão das taxas de juro praticadas no país.

Dívida bruta do governo geral em 2015 (% do PIB)



Mas o Governo Federal perdeu o controle sobre os gastos, certo?

NÃO. É verdade que os gastos continuaram a crescer, como, aliás, vinha acontecendo há mais de vinte anos. Mas esse crescimento não deve por enquanto ser visto como ruim, já que resulta basicamente do aumento do valor das transferências (especialmente pensões e aposentadorias, além de outras, como o Bolsa Família) e dos serviços aos cidadãos (em especial saúde e educação) que são fundamentais para resgatar injustiças históricas e reduzir desigualdades sociais. Além disso, até meados de 2014 ele era sustentável,

pois, acompanhado em um contexto de expansão do PIB pelo aumento das receitas públicas, convivia com a geração de resultados primários positivos. Nos últimos dois anos, todavia, isso não mais se deu. Mas não porque os gastos do governo se descontrolaram, o que não ocorreu (ao contrário, eles cresceram mais lentamente), mas sim porque houve uma rápida redução das receitas que se aprofundou com a recessão e as desonerações tributárias. Por isso, é claro que os gastos devem ser sempre monitorados para que todo desperdício e malversação sejam identificados e eliminados, mas não faz sentido falar hoje em descontrole.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/287110-1>